



MOVIMENTOS

SOCIAIS E

PARTICIPAÇÃO

***Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias***

VOLUME 1. *ACESSO À JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA*

VOLUME 2. *CONSUMOS, LAZERES, MODOS E ESTILOS DE VIDA*

VOLUME 3. *DESENVOLVIMENTOS E SUSTENTABILIDADE*

VOLUME 4. *EDUCAÇÃO, SABERES E CULTURAS*

VOLUME 5. *GOVERNANÇA DE TERRITÓRIOS E DE CIDADES INTERMEDIÁRIAS*

VOLUME 6. *INSEGURANÇA, VIOLÊNCIA E CRIME*

VOLUME 7. *MERCADOS DE TRABALHO E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL: MOBILIDADES E FLUXOS*

VOLUME 8. *MORFOLOGIA SOCIAL E DINÂMICAS DAS CIDADES INTERMEDIÁRIAS*

**VOLUME 9. *MOVIMENTOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÃO***

VOLUME 10. *POLÍTICAS PÚBLICAS E DESIGUALDADES*

VOLUME 11. *RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E RAÇA*

VOLUME 12. *SAÚDE, SISTEMAS DE SAÚDE E CORPO*

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Ação Pública e Problemas Sociais em Cidades Intermediárias

AUTORES:

Vários

COORDENADORES:

Balsa, Casimiro

Rodrigues, Luciene

Cardoso, Antônio Dimas

Soulet, Marc-Henry

COMISSÃO DE LEITURA:

Albuquerque, Cristina

Balsa, Casimiro

Boneti, Lindomar

Cardoso, Antônio Dimas

Diogo, Fernando

França, Iara Soares de

José, São José

Macedo, Luiz Antônio

Maia, Rosemere

Martins, Luci Helena

Nofre, Jordi

Olímpio, Marcos

Paula, Andréa Rocha de

Pires, Iva

Rodrigues, Luciene

Vaz, Domingos

APOIO À EDIÇÃO:

Vital, Clara

Sampaio, Leonor

ISBN: 978-989-20-4086-8

Lisboa, 2013

## ÍNDICE

<i>ÍNDICE</i> .....	4
<i>MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL. O antes e o depois</i> .....	5
<b>Fábio Rafael Gonçalves da Silva Augusto</b>	
<i>(IN)DIFERENÇA – REGIMES DE ENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO EM PORTUGAL: o caso específico do VIH/SIDA</i> .....	28
<b>Pedro Duarte</b>	
<i>O Espaço Democrático: assembleias populares e espaço público</i> .....	46
<b>Daniel Paiva</b>	

## **MOVIMENTOS SOCIAIS EM PORTUGAL.**

### **O antes e o depois**

Fábio Rafael Gonçalves da Silva Augusto

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Universidade da Beira Interior

[fabiorgsaugusto@hotmail.com](mailto:fabiorgsaugusto@hotmail.com)

### **Resumo**

Numa perspectiva exploratória, este artigo visa analisar as principais mudanças sofridas pelos movimentos sociais em Portugal, para tal comparam-se dois períodos da história, os movimentos sociais que tiveram lugar no período de 1974-76, sendo estes fortemente impulsionados pelo 25 de Abril de 74, e o período actual, marcado por movimentos sociais que procuram, fundamentalmente, combater a crise económica e social que o país vivencia e que se dão no contexto de um mundo globalizado que anda de mãos dadas com o aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Eventos como o que ocorreu a 12 de Março de 2011 marcam um ponto de viragem na estrutura organizacional dos modos de mobilização e contestação da sociedade portuguesa, gerando a necessidade de análise. Neste sentido, procura-se também, questionar o potencial da ferramenta internet, que é vista por muitos como o “milagre” que pode despertar a população portuguesa para que haja uma maior mobilização, quer a nível de movimentos sociais, quer a nível de associativismo.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais, Mobilização, Internet

## **Considerações Iniciais**

Com o intuito de analisar as principais mudanças sofridas pelos movimentos sociais em Portugal, comparam-se dois períodos da história, os movimentos que ocorreram entre 1974-76, que se traduz num período de extrema contestação e de profundas mudanças na sociedade portuguesa, sendo marcado por movimentos fortemente impulsionados pelo 25 de Abril de 74, e o período actual, marcado por movimentos que visam, fundamentalmente, combater a crise económica e social que paira sobre o país, onde eventos como os que ocorreram a 12 de Março de 2011 marcam um ponto de viragem na estrutura organizacional dos modos de mobilização e contestação da sociedade portuguesa. Os protestos “Geração à Rasca” (Março de 2011) e “Que se lixe a Troika” (Setembro de 2012) representam importantes movimentos sociais contemporâneos que trazem consigo transformações que geram a necessidade de análise, sendo uma delas, o afastamento, por parte dos activistas da sociedade civil para com as acções sindicais e partidárias.

Neste sentido, e tendo em consideração que se trata de um estudo exploratório que se encontra na fase de recolha e análise da informação, procura-se, através de entrevistas dadas por activistas a jornais como “Público”, “Correio da Manhã” e “Expresso”, perceber se os contributos teóricos aqui adoptados são fundamentados pelos discursos dos activistas que participam em primeira pessoa na realidade que se pretende analisar.

Para tal, numa primeira fase são apresentados alguns contributos teóricos e conceptuais que visam a compreensão dos movimentos sociais enquanto objecto de análise científica e analisa-se a nova face dos movimentos sociais que tem por base o advento da globalização que anda de mãos dadas com o aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação. Numa segunda fase, são apontadas as grandes mudanças que os movimentos sociais têm vindo a sofrer no contexto português, onde se procura questionar o potencial democrático da ferramenta internet, apontando algumas das suas mais-valias e dos seus pontos fracos.

## **Movimentos Sociais: Contributos Teóricos e Conceptuais**

No que toca ao debate em torno da caracterização dos movimentos sociais é de destacar o papel central que três teorias clássicas tiveram. Sendo elas, a teoria de

mobilização de recursos, a teoria do processo político e a teoria dos novos movimentos sociais, como nos propõe Alonso (2009).

Em resposta às teorias da desmobilização política (com expressão desde 1930 a 1960) de autores como Riesman e Adorno (in Alonso, 2009), que defendiam que a sociedade moderna era marcada por um crescente individualismo que contribuía para um descrédito e desinteresse pela política, apareceram teorias que defendiam que os movimentos sociais continuavam a ter expressão e que não tinham desaparecido como queriam dar a entender os autores supramencionados. Tais teorias apareceram com a emergência de mobilizações nos anos de 1960 na Europa e nos Estados Unidos que não se baseavam na classe, o que gerou a necessidade de novas explicações que fossem além do funcionalismo e do marxismo (grandes sistemas teóricos do séc. XX). Assim, em 1970 surge a teoria da mobilização de recursos, que criticava o funcionalismo ao afirmar que as mobilizações possuíam organização e eram racionais e o marxismo ao valorizarem a explicação do processo de mobilização em detrimento dos motivos.

A teoria da mobilização de recursos realiza uma comparação entre movimentos sociais e uma firma, devido à burocratização que é passível de se encontrar nos dois, o que tem como base a criação de normas, a constituição de uma hierarquia interna e divisão do trabalho, onde os líderes dos movimentos seriam os gerentes, que gerem e administram os recursos e coordenam as acções. Quanto mais tempo dura a mobilização, maior seria a possibilidade de se tornar, cada vez mais, burocrática<sup>1</sup>. Podemos resumir esta teoria com as palavras racionalidade, uma vez que a privilegia, organização e descrédito em ideologias enquanto forças motrizes das mobilizações (Lima e Nunes, 2004 e Alonso, 2009). Contudo, ao ignorar explicações com base na cultura e ao valorizar a racionalidade, ao valorizar uma análise conjuntural e consequentemente ao não enquadrar os movimentos em macroestruturas leva a que esta teoria tenha sido fortemente criticada.

Colmatando algumas das falhas da teoria referida anteriormente, aparecem a teoria do processo político e a teoria dos novos movimentos sociais que vão valorizar o enquadramento macro-histórico dos movimentos (Alonso, 2009). Estas teorias procuram conjugar política com cultura para explicar os movimentos sociais, particularmente, a teoria do processo político aposta em elaborar uma teoria da

---

<sup>1</sup> Sendo importante de referir, neste contexto, a “lei de bronze” da oligarquia de Robert Michels (in Nunes, 2002).

mobilização política ao passo que a teoria dos novos movimentos sociais centra-se numa teoria da mudança cultural.

A teoria do processo político (Alonso, 2009) refere que é necessário que exista uma coordenação entre os activistas para que a mobilização se dê, concordando assim com a teoria de mobilização de recursos, contudo vai acrescentar algo novo à discussão ao argumentar que tal coordenação depende da solidariedade, acrescentando assim um elemento cultural à explicação. Mas mais importante que a solidariedade são as estruturas de mobilização, quer de recursos formais (organizações civis), quer de recursos informais (redes sociais), sendo que é através da mobilização que proporciona que um determinado grupo crie solidariedade e obtenha e controle os recursos necessários para a mobilização. A grande novidade que é trazida por esta teoria prende-se com a estrutura de incentivos e/ou constrangimentos políticos, ou seja, só é possível a existência de um movimento se existirem condições políticas favoráveis para o desenrolar do mesmo, esta é a grande diferença face à teoria da mobilização de recursos. Nesta corrente, os movimentos sociais não se desenrolariam contra o Estado, mas sim contra os detentores do poder político.

No que diz respeito à teoria dos novos movimentos sociais, é possível referir que se centra no processo de construção de uma identidade colectiva, onde se defende que este processo se regula tendo por base as negociações que os agentes realizam entre si, ou seja, nesta teoria os agentes agem de forma racional, mas é necessário introduzir o factor emocional na equação. Assim, esta teoria introduz três elementos da acção colectiva, sendo eles, um “framework cognitivo” acerca dos objectivos que se pretendem concretizar, dos meios para lá chegar e onde se irá actuar; a “activação prática de relações entre actores”, que se daria através da comunicação, da negociação e de decisões tomadas em conjunto e, por último, o “investimento emocional”, que se traduz num reconhecimento dos actores enquanto membros do grupo (Alonso, 2009). Tendo em conta estes três elementos percebe-se o que está na base do processo de construção de uma identidade colectiva. Assim, compreende-se que a cultura é central nesta teoria dos movimentos sociais, uma vez que explica a transição que os agentes realizam para o activismo através de um processo que une racionalidade e emoção. Em vez de movimentos de classe, estaríamos perante novos movimentos de carácter expressivo, simbólico e identitário. Estes novos movimentos caracterizam-se ainda pela actuação pacífica, de acção directa, descentralizada, sem representação hierárquica e

que actua de forma desburocratizada. O Estado não é o “inimigo” e dirigem-se à sociedade civil, onde se procuram mudanças culturais a longo prazo.

As três teorias aqui analisadas procuram explicar e compreender os movimentos sociais, actuando sobre a forma como eles se criam e recriam na sociedade. A teoria da mobilização de recursos focaliza-se na dimensão micro-organizacional, a teoria do processo político valoriza o ambiente macropolítico, explicando a sua importância na organização dos movimentos sociais e introduziu o aspecto cultural na análise, a teoria dos novos movimentos sociais valoriza os aspectos simbólicos e cognitivos na definição dos movimentos sociais, referindo a existência de emoções colectivas (Lima e Nunes, 2004 e Alonso, 2009).

Podemos ainda referir que no actual contexto de globalização, o estudo das novas formas de acção colectiva centra-se, fundamentalmente, em duas tradições sociológicas, sendo elas a norte-americana e a europeia (Lima e Nunes, 2004).

Nos EUA a teoria da mobilização de recursos (já discutida), com autores como Oberschall e Tilly (in Lima e Nunes, 2004), que interpreta os movimentos sociais como sendo “grupos de pressão organizados” que são, de alguma forma, excluídos do processo que possibilita a tomada de decisões de cariz político<sup>2</sup>. Por outro lado, na Europa, as últimas décadas têm sido marcadas por Alain Touraine (séc. XX) com a sociologia da acção, nesta perspectiva accionista só é considerado movimento social aquele que cumpre três requisitos que são essenciais para Touraine e os seus colaboradores, nomeadamente identidade, oposição e totalidade<sup>3</sup> (Lima e Nunes, 2004).

### **Que movimentos sociais?**

Após analisados tais contributos teóricos, torna-se importante estabelecer o que se entende por movimentos sociais ou orientar algumas linhas de raciocínio que nos ajudem a defini-los, tendo em consideração que alguns passos para a definição já foram dados pelas teorias supramencionadas. No fundo, interessa perceber quais os critérios de classificação que nos permitem distinguir meras aglomerações de pessoas de verdadeiros movimentos sociais. Neste sentido, António Dores (2009) ao questionar-se

---

<sup>2</sup> Assim, estes grupos agem de forma estratégica e racional ao gerirem recursos (financeiros, técnicos e humanos) de forma a cumprirem o objectivo de obter poder político de forma a fazerem valer as suas próprias aspirações e interesses (Lima e Nunes, 2004).

<sup>3</sup> Assim, um movimento social deverá possuir actores sociais que partilhem uma identidade que tem por base relações de solidariedade, tal identidade opõe-se a adversários sociais e os actores devem elaborar propostas que visem a mudança social (Lima e Nunes, 2004).

acerca da existência dos mesmos acaba por colocar em debate duas teorias, onde de um lado encontramos Alain Touraine, com uma visão em que os movimentos sociais causam e explicam as mudanças institucionais e, de outro lado, Francesco Alberoni, adopta uma visão mais descritiva dos processos psicológicos que espoletam o ambiente social de onde se alimentam as mobilizações e os movimentos sociais.

Touraine defende que os movimentos sociais verdadeiros podem diferenciar-se dos falsos através da coerência das tensões racionalmente criadas com as instituições, defendendo que deveriam ser excluídos da caracterização de movimento social todos os fenómenos que, podendo num determinado momento intitular-se e parecer movimentos sociais, não possuíssem as condições objectivas e subjectivas para ambicionarem causar transformações institucionais, no sentido de mudança histórica. Assim, torna-se clara a separação entre as instituições, que eram o alvo que conduziria à mudança social, e movimentos sociais, enquanto actores e promotores da referida transformação.

Francesco Alberoni vem referir que os movimentos sociais são parte da vida quotidiana, podendo ser explicados “pelo acumular de relações sociais à volta de pessoas em estado-nascente” (Dores, 2009: 128), que se caracteriza pela passagem de um estado depressivo para um estado de entusiasmo. Nesta linha de pensamento, pode não haver uma partilha racional de objectivos sociais comuns. O que caracteriza a mobilização é um estado psico-social em que as pessoas se atraem entre si quando se encontram no mesmo estado de espírito. Há uma afinidade natural entre elas, até porque são, geralmente, ostracizadas ou incompreendidas pelas pessoas em estado normal. Para o autor, a oposição entre movimento social e instituição não faz sentido. Ao inverso, aliás, a maior aspiração dos movimentos sociais é eles próprios conseguirem institucionalizar-se.

Ambas as definições concordam em atribuir aos movimentos sociais poderes de transformação social. De um lado, os movimentos sociais são vistos como radicalmente separados da estrutura do poder dominante mas capazes de lhe fazerem frente. Do outro lado, os movimentos sociais emergem espontaneamente na vida das pessoas, por razões que advém da natureza humana, muito antes de terem a dimensão e intensidade para se constituírem em alternativa de poder e muitas vezes correndo em outras direcções que não as do poder de estado, como na cultura, na ciência, nos negócios, no desporto e na religião.

António Dores (2009) defende que nem todas as transformações sociais são produto de movimentos sociais e nem todos os movimentos sociais implicam

transformações institucionais. Touraine busca uma definição de movimentos sociais que os valoriza como causas das transformações das instituições, que por sua vez induzem a transformação da sociedade, tal como ela é reproduzida. Cabe perguntar, então: de onde surgem os movimentos sociais? Será da sociedade? Como? A sociedade (reproduzida) apenas é transformada pelas instituições? As instituições apenas são transformadas pelos movimentos sociais (sociedade em produção)?

Alberoni propõe uma definição que não valoriza acima de tudo a organização e a extensão. Valoriza antes o potencial transformador da vida das pessoas envolvidas (entusiasmadas) nos movimentos e nas que são influenciadas pelo movimento. No fundo, a “luta” entre os autores é uma luta entre a valorização das consequências da acção humana institucionalmente útil e a valorização das vivências humanas expressivas.

A aplicação das duas perspectivas teóricas ao contexto português pós 25 de Abril de 1974, que se irá analisar mais aprofundadamente, implicará, como seria de esperar, sentidos e significados distintos. O surgimento de movimentos sociais influenciados pelo golpe de estado (contra a instituição militar e a guerra colonial), quando filtrados pela teoria de Alberoni, podem ser interpretados pela transição colectiva de um povo para um estado nascente (que toma lugar quando um período depressivo acaba). A revolução como festa. Por sua vez, usando a perspectiva de Touraine, a desorganização de ideias e dos ideais dos portugueses, na altura, assim como a desorganização das empresas, da administração, da sociedade civil, que ainda hoje são imagem de marca do País, conduz a uma interpretação diferente das acções colectivas de então. A revolução como acção irracional e, em certa medida, inconsequente. Assim, enquanto a teoria de Alberoni<sup>4</sup> revela melhor uma explosão de movimentos sociais em convergência, como foi o caso do 1º de Maio de 1974, Touraine critica os falsos movimentos sociais, fundamentalmente, pela sua desorganização, submissão a interesses dominantes conservadores e, sobretudo, pelos limites do papel transformador dos mesmos.

Ainda que os filtros sejam necessários para que se possa perceber a realidade que se está a analisar, eles podem “obscurecer” e, até mesmo, distorcer essa mesma realidade, neste sentido a resposta à questão: que movimentos sociais? Aparece como

---

<sup>4</sup> A teorização de Alberoni (in Dores, 2009) ao olhar para os movimentos sociais como dinâmicas sociais geradas por encontros espontâneos de pessoas em estado-nascente possui potencialidades que devem ser exploradas e aprofundadas.

pertinente, na medida que interessa perceber o filtro que se irá usar para perceber de que movimentos sociais, em concreto, estamos a falar. Neste sentido é de destacar o contributo de Maria Glória Gohn (2011) que aponta para acções sociais colectivas de carácter cultural e socio-político que levam a que uma parte da população se organize em torno de um objectivo comum como definição central. Estas acções colectivas podem traduzir-se em diferentes estratégias, como a pressão directa, indirecta e a denúncia. A pressão directa e, com maior visibilidade, tem por base marchas, mobilizações, concentrações, entre outras formas de protesto.

Defende-se que os movimentos sociais possuem um potencial de mudança, contudo, o seu impacto deve ser analisado de um ponto de vista que não descure níveis de análise mais profundos e particulares, onde a extensão e a organização não sejam os únicos factores a considerar. Os movimentos sociais podem representar, de facto, uma alternativa estrutural face ao poder dominante. Contudo, a análise apenas das consequências sociais dos movimentos negligencia, por exemplo, a análise das energias vitais e sociais que levam à mobilização. Sendo de referir que o próprio potencial transformador dos movimentos sociais nem sempre é visível e fácil de medir. Um movimento de hoje pode produzir impactos num futuro distante e não no imediato. Destacam-se as potencialidades da perspectiva de longa duração dos movimentos sociais adoptada por Carlos Faria (2009), onde eles não se esgotam e o seu potencial tal como os seus impactos não se restringem ao momento do “clímax”, avaliam-se assim não só os efeitos imediatos, mas também os tardios da acção colectiva dos actores sociais em termos da mudança.

Neste sentido, tal como refere António Dores (2009: 135) “os movimentos sociais existem mas, por vezes, só para os próprios e para aqueles olhares treinados e interessados em observá-los, a partir de concepções que são próprias do observador. Por vezes os movimentos sociais assumem uma visibilidade e um protagonismo públicos [...] outras vezes predomina o *low profile*”. O autor (2009: 144) refere ainda que os actuais movimentos sociais “não parecem vocacionados à hegemonia histórica” e acaba por defini-los enquanto “expressão organizada de dúvidas existenciais profundas e mobilizam a espontaneidade dos descontentes e dos entusiasmados, de modo a institucionalizar as respectivas energias”, referindo ainda que muitos dos movimentos sociais serão estruturalmente irrelevantes no imediato. Contudo, mesmo o potencial dos mais pequenos pode vir a revelar-se de forma inesperada.

De certa forma, podemos considerar que em qualquer movimento social há uma análise de um dado momento da história e a realização de um diagnóstico desse mesmo momento, procurando-se dar a conhecer as soluções que para os participantes fazem sentido (Gohn, 2011). A sua concepção leva à criação e à tomada de sentido de uma identidade colectiva, ou seja, uma identidade que se define por ter como base condições de vida semelhantes e que enfrentam desafios também eles, em si, comuns ou idênticos como defende Melucci (in Alonso, 2009).

Assim, os movimentos sociais têm vindo a contribuir para que a sociedade tome consciência e se organize, apresentando soluções para os problemas que a afectam através de práticas de pressão/mobilização. Caracterizam-se por não ser apenas reactivos e por ter um impacto que lhes permite adquirir uma certa permanência e continuidade (Gohn, 2011), mais que não seja, na vida de quem os viveu intensamente ou foi por eles influenciado. Possuem um papel de destaque na construção de uma sociedade democrática e dependem de todo um conjunto de oportunidades e constrangimentos, organizando-se com base em lideranças e estratégias<sup>5</sup>.

### **A nova face dos movimentos sociais**

Os movimentos sociais têm vindo a adquirir uma nova face, que tem por base o aparecimento de novos meios de comunicação e informação, como a internet, que aparecem de mãos dadas com o advento da globalização. Os movimentos sociais do século XXI, definidos como acções colectivas em torno de um objectivo comum, utilizam a internet para acções concretas e para se darem a conhecer através dela. Tal ferramenta acabou por se converter “numa ágora electrónica global, onde a diversidade do descontentamento humano explode numa cacofonia de pronúncias” (Castells, 2007: 168).

O facto de se adaptar às necessidades dos movimentos sociais e de contribuir para a mudança social, torna a internet um meio “apetecível”. Tal aspecto deve-se ao facto de os movimentos sociais actuais terem na sua génese valores culturais, em segundo lugar deve-se ao facto de a internet vir colmatar as falhas deixadas pela crise

---

<sup>5</sup> Neste sentido destaca-se a definição de movimento social que Melucci, nas palavras de Alonso (2009: 66), fornece ao referir que se trata de “uma forma de acção colectiva, que surge a partir de um campo de oportunidades e constrangimentos e que possui organização, lideranças e estratégias”, uma vez que valoriza aspectos centrais tais como o contexto em que os movimentos se inserem, a organização e as próprias lideranças, ainda pouco aprofundadas pela literatura, como refere Lerbach (2012).

das organizações verticalmente integradas (da era industrial) e em terceiro lugar a internet permite contrariar a tendência de o poder funcionar, cada vez mais, em redes globais, assim os movimentos sociais procuram, também eles, obter um alcance global, através de acções simbólicas, nesta luta, o Estado-Nação perde claramente terreno. (Castells, 2007).

Actualmente, e contrariamente ao que acontecia acerca de vinte e cinco anos atrás, os movimentos sociais mais influentes e, portanto, com maior impacto na sociedade tem um forte apoio de base no seu próprio contexto local, que lhes permite, posteriormente, provocar impacto a nível global. É a necessidade de criar coligações globais que leva a que os movimentos sociais de agora necessitem da internet. Contrariando as redes globais de poder, os movimentos procuram, também eles, agir de forma global (Castells, 2007). Contudo, e como se irá procurar analisar, o potencial da ferramenta internet assenta única e exclusivamente no potencial do actor, o que nos leva a adoptar uma postura de distanciamento face a visões demasiado optimistas (tal como demasiado pessimistas) no que diz respeito ao seu potencial democrático.

### **O Caso De Portugal: O Que Mudou?**

O período de 1974-76 marcou profundamente Portugal no que diz respeito aos movimentos sociais, o golpe de estado (contra a instituição militar e a guerra colonial) a 25 de Abril de 74 a que imediatamente se seguiu um movimento social popular, libertou o país das características fascistas do velho regime<sup>6</sup>, onde mais tarde, e devido a um processo revolucionário que ocorreu até Novembro de 1975<sup>7</sup>, se deu a institucionalização da democracia representativa com a Constituição de 1976<sup>8</sup>. O país entrou para a União Europeia (em 1986) e a utopia portuguesa deu lugar a preocupações globais. O campo laboral e as estruturas sindicais passaram a enfrentar problemas comuns aos dos restantes países europeus, devendo-se, sobretudo, à globalização económica e à abertura das fronteiras dos diferentes países da UE (Santos, 1984 e Estanque, 2008).

A crise revolucionária (1974-75) deveu-se, sobretudo, à forte mobilização das classes populares, à suspensão do poder social do capital e às opções ideológicas da

---

<sup>6</sup> O facto de existir um único partido, as milícias para-militares, a polícia política, o tribunal plenário, os presos políticos e a repressão da liberdade associação e expressão (Santos, 1984: 17).

<sup>7</sup> Tal como refere Boaventura de Sousa Santos (1984: 18), a “crise do estado transformou-se numa crise revolucionária, a qual durou até 25 de Novembro de 1975”.

<sup>8</sup> Fornece as bases para que, gradualmente, existam condições para essa institucionalização.

camada militar dirigente do Estado. Boaventura (1984) chega mesmo a afirmar que se deu uma explosão de um movimento social popular que se seguiu ao golpe de estado, referindo que se tratou do “movimento social mais amplo e profundo da história europeia do pós-guerra” (Santos, 1984: 18) que assentava numa composição de classe complexa (operariado urbano na cintura industrial de Lisboa, a pequena burguesia assalariada nas grandes e médias cidades e o operariado rural do Alentejo), atingindo diversas áreas da vida social, nomeadamente, “a administração local, a habitação urbana, a gestão das empresas, a educação, a cultura e os novos modos de vida, a reforma agrária, as relações de dominação e subordinação nos campo, etc., etc.” (Santos, 1984: 18). Assim, é possível afirmar que os movimentos sociais tiveram uma importância significativa em Portugal após o 25 de Abril de 74 no PREC - Período Revolucionário em Curso (Baía, 2008).

Neste sentido, é importante referir que Portugal caracteriza-se por ser um país periférico no que toca a aspectos de extrema importância, devendo-se tal facto, fundamentalmente, a um desenvolvimento industrial fraco e tardio e um processo de democratização, também ele, tardio e que acarreta contradições. Caracteriza-se ainda pelo desenvolvimento rápido de um Estado de Bem Estar Social que acabou por se traduzir num Estado Social frágil (na Europa já este modelo estava em crise). Deu-se uma modernização das infra-estruturas que se deve, em grande medida à adesão à União Europeia, mas a nível social, as desigualdades, injustiças e dificuldades tiveram e têm tido grande expressão. A entrada no novo milénio trouxe consigo flexibilidade, mas também precariedade no mercado de trabalho, aspectos estes que impulsionados pela competitividade global, contribuíram para o aumento das desigualdades (Estanque, 2009).

Face a tudo isto, os movimentos não terminaram no 25 de Abril, chegando mesmo a ser impulsionados por este marco que gerou consciencialização para a necessidade de mudança<sup>9</sup>, assim os movimentos sociais continuam a fazer-se sentir até aos dias de hoje, ainda que, e como se irá discutir, de forma e por razões diferentes. Eventos como o 12 de Março (movimento “Geração à Rasca”) marcam o início de transformações importantes na estrutura organizacional dos modos de mobilização e contestação da sociedade portuguesa, tornando-se de extrema importância analisar aprofundadamente tais transformações.

---

<sup>9</sup> Todavia, com a, já referida, entrada na Comunidade Europeia, existe quem considera que se deu um domesticar da revolução (Freire e Baum, 2001).

### **1) Necessidade colectiva de manter e exercer direitos sociais, políticos e civis /Novo patamar democrático**

Actualmente, os movimentos sociais em Portugal pautam-se, e ao contrário do que ocorreu nos movimentos pós-25 de Abril, pela necessidade colectiva de manter e exercer os direitos sociais, políticos e civis, fundamentalmente, adquiridos com a libertação do país da ditadura, ou seja, o que se procura, de uma forma geral, não é obter novos direitos, mas antes não perder os que se conseguiram. Isto representa uma mudança significativa, sendo visível em diversos movimentos actuais, como o 12 de Março que ficou conhecido como “Geração à rasca”. Movimentos como este procuram promover a cidadania, defendendo que ela não se esgota no acto de votar, tais movimentos defendem a liberdade de expressar a opinião e a oportunidade de todos participarem nas áreas política, social, educativa e económica. Os assuntos que mais preocupam quem participa nestes movimentos prendem-se com temas relacionados com o desemprego, a crise, a exploração, os governos, a classe política, entre outros (Silva, 2012: 7).

Neste sentido, Paula Gil e João Labrincha (fundadores do movimento “Geração à Rasca”) em entrevista afirmam:

Eu penso que o protesto de 12 de Março foi muito diferente do 25 de Abril. A Revolução de 25 de Abril foi uma luta contra a opressão, contra o antigo regime. Foi uma busca pela democracia. Neste momento, nós temos já uma democracia e o protesto de 12 de Março apenas demonstrou que todos os portugueses estão disponíveis para lutar, tendo em conta as medidas que a democracia coloca à disposição, de modo a contribuir, de forma positiva, para uma solução e para um desenvolvimento positivo da situação de crise que se apresenta em Portugal neste momento. (Paula Gil em entrevista ao JPN – JornalismoPortoNet a 04/05/2011)

Achamos ser necessária uma evolução para uma democracia mais madura. As liberdades actuais permitem-nos progredir de forma positiva sem a necessidade de uma revolução. (João Labrincha em entrevista ao Correio da Manhã a 20/03/2011)

Com tais discursos, torna-se patente, como já foi referido, a necessidade de manutenção da democracia e dos direitos que ela implica, torna-se assim visível a chegada a um novo patamar democrático, que se caracteriza, não pela chegada à

democracia (verificável nos movimentos sociais imediatamente pós-25 de Abril), mas sobretudo pelo seu bom uso e proveito por parte do povo.

## **2) Uso das “ferramentas democráticas” e criação de uniões internacionais**

Ainda que durante o PREC não existisse um isolamento de Portugal face ao mundo, é certo que os seus actores sociais vivenciaram um contexto de isolamento por não terem sido integralmente socializados em democracia, onde os próprios media não adquiriram imediatamente após o golpe uma liberdade de expressão plena (Silva, 2009), neste sentido é possível afirmar que o próprio contexto dos movimentos mudou desde o 25 de Abril, quem participa num movimento social actual possui uma maior consciência das potencialidades da democracia em paralelo com uma clara noção dos constrangimentos externos a que Portugal está sujeito, havendo consciência de que existe um mundo para além das fronteiras. As manifestações “Que se lixe a troika”<sup>10</sup> e dos “indignados”<sup>11</sup> demonstram exactamente isso, estamos perante a globalização das consciências e dos conflitos, combatendo-se não só no contexto português. Pessoas de diversos países podem juntar-se com objectivos comuns, os movimentos globalizam-se para poderem combater o mundo e os problemas, também eles, globais, sendo neste contexto que a ferramenta internet e, conseqüentemente, as redes sociais ganham destaque.

Magda Alves (activista feminista que participou numa manifestação “anti-troika”) refere:

Defendem alternativas ‘que partam da mobilização das populações’ dos países que, ‘reféns da troika e da especulação financeira, perdem a soberania e empobrecem, assim como de todos os países a quem se impõe este regime de austeridade’. E pedem a ‘gregos, espanhóis, italianos, irlandeses, portugueses e todas as pessoas’ que se ‘juntem, concertando acções, lutando pelas suas vidas e unindo as suas vozes’. (Magda Alves em entrevista ao jornal Público a 27/08/2012)

---

<sup>10</sup> O movimento “Que se lixe a troika” representa uma acção de protesto organizada através do facebook e visa combater as políticas de austeridade impostas pelo Governo e pela troika aos cidadãos portugueses (informação retirada da página oficial do movimento: <http://www.facebook.com/pages/Que-se-Lixe-a-Troika-Queremos-as-nossas-Vidas/177929608998626>)

<sup>11</sup> O movimento dos “indignados” é iniciado em Espanha a 15 de Maio de 2011 e tem como principal objectivo promover uma democracia mais participativa. Numa fase posterior acaba por contagiar mais de 60 países, Portugal inclusive (Silva, 2012).

Torna-se bem presente a necessidade de criar uniões que ultrapassem fronteiras, uma vez que os próprios problemas que se procuram combater já o fizeram, existe a consciência da existência de riscos que ultrapassam o mero contexto nacional e os movimentos sociais actuais procuram a todo o custo criar tentáculos, em grande medida, através do uso das redes sociais, para que consigam chegar ao maior número de pessoas possível. Sendo tal aspecto verificável também no discurso de Paula Gil quando, em entrevista ao jornal Público a 22/08/2011, aponta para um novo protesto do movimento “Geração à Rasca” com tentáculos em Espanha, afirmando que “O dia 15 de Outubro foi escolhido por ser uma manifestação internacional de solidariedade com Espanha, sendo que há questões transversais aos dois países”.

### **3) História do colectivo assente na força do individuo**

A história dos movimentos sociais actuais não é a história de quem os lidera mas antes de quem neles participa, estando muito assente a ideia de que cada um individualmente pode fazer a diferença, ainda que a chegada de D. Sebastião ou o retorno de acções como as que foram levadas a cabo pelos capitães de Abril continue em aberto e a sociedade portuguesa se caracterize pela procura de um herói salvador. Isto é bem visível no discurso de Alexandre Carvalho (fundador do movimento “Geração à Rasca”), em entrevista à RTP a 12 de Março de 2012, ao referir que se tratou “do despertar de uma das maiores manifestações populares de Portugal desde a instauração da democracia, uma manifestação quase sem rei nem roque, cada um trouxe à manifestação aquilo que queria” e no discurso de João Labrincha (fundador do movimento “Geração à Rasca”) que em entrevista ao jornal expresso a 23 de Fevereiro de 2011 (antes do movimento ocorrer) pede às pessoas para que “levem consigo uma folha A4 onde digam as suas razões para estar no protesto e indiquem uma solução para os problemas ou para o problema que o assalta” para que sejam entregues na Assembleia da República, onde se verifica, claramente, que existe uma preocupação por parte dos organizadores em valorizar as experiências individuais e em procurar integrar essas experiências num colectivo, assim, verifica-se por parte dos próprios “líderes” uma distribuição do poder, ou seja, cada um deve fazer por si, expressando problemas e soluções, para que posteriormente se actue colectivamente, de forma a ter um maior impacto e visibilidade.

Podemos afirmar que talvez a grande diferença do pós-25 de Abril para o período actual seja de carácter ideológico, onde o sentido colectivo da acção tem vindo a sofrer mudanças, aliás a própria individualização da sociedade o proporciona, existindo actualmente, preocupações muito próprias de cada um, ainda que os discursos se relacionem e apontem para objectivos e problemas idênticos a todo um colectivo, as preocupações são de cada um e, cada um, individualmente (mais que não seja, numa primeira fase) deve “ir à luta”. Contudo, a população percebe o potencial de mudança dos movimentos colectivos e num processo de negociações que envolve exigências e cedências encontra pontes de entendimento que o fazem ser parte integrante de uma acção.

#### **4) Desinstitucionalização e individualização dos modos de acção política**

As forças políticas deixam gradualmente de conseguir controlar os movimentos sociais em seu proveito, e torna-se possível afirmar que movimento que “se preze”, na actualidade, afirma-se apartidário (sem filiações a partidos ou sindicatos) e movimentase em terreno virtual, tendo que “facebookar” e/ou “tweetar”. Acredita-se na mudança através de novas vias que ultrapassam as organizações burocráticas e as lideranças, baseando-se na solidariedade. Assim, a organização formal é colocada de lado para dar lugar a movimentos que se organizam de forma natural e espontânea que se opõem a qualquer género de manipulação.

Neste sentido, é importante referir o crescente processo de desinstitucionalização e individualização dos modos de acção política, que se traduz no progressivo afastamento dos modelos convencionais de participação, fundamentalmente, por parte dos jovens. As recentes gerações socializadas integralmente em democracia possuem características sociais que as diferenciam das gerações que vivenciaram a institucionalização da mesma, no que diz respeito à religiosidade, escolaridade, modos de vida, valores sociais, entre outros. Assim, não surpreende que estas novas gerações possuam uma relação diferente com o sistema democrático e com as diversas formas de autoridade. Em paralelo com o processo de desinstitucionalização política verifica-se um processo de revinculação a domínios não institucionais, ou seja, a participação passa a dar-se por vias não convencionais, assim, não se coloca em causa o desprezo pela política, mas antes o reinventar da mesma, usando novas formas e ferramentas, como é

o caso das redes sociais. A desvinculação dá-se porque as formas convencionais não correspondem às expectativas dos actores sociais (Augusto, 2008).

Tal como refere Nuno Augusto (2008: 163) é possível associar a *inconveniência política* a três dimensões, a já referida desinstitucionalização (afastamento dos modelos de participação institucionalizados), a relação de distanciamento face às elites<sup>12</sup> que conduz a um distanciamento de qualquer acção política levada a cabo por elas, e por último, a privatização das lógicas e agendas de acção política, onde se passa a valorizar a experiência quotidiana. Estamos assim perante actores sociais que procuram a todo o custo afastar-se da participação que lhes procuram impor as elites, assim, procuram mostrar que é possível participar politicamente (e não só), através de novas vias. O desinteresse dos jovens pode ser visto ora como uma resposta ao desagrado sentido face ao sistema político, ora pelo contexto de incerteza e insegurança vivido actualmente.

Em Portugal o interesse pela política demonstrado pelas gerações mais velhas e mais novas não apresenta discrepâncias significativas, ainda que os contextos de socialização sejam consideravelmente diferentes entre quem vivenciou contextos pré-democráticos e a instauração da mesma e quem viveu nela toda a sua vida. Contudo a utilização de lógicas não convencionais aumenta à medida que aumenta o nível de escolarização, o que coloca as novas gerações a apropriar-se de novas formas de participar face às mais velhas, nomeadamente face às gerações que vivenciaram a instauração da democracia (Augusto, 2008).

Podemos assim afirmar que a escolaridade e a socialização democrática são os factores que mais separam as gerações que viveram a instauração da democracia das gerações que sempre viveram nela, sendo estes factores que mais contribuem para a desinstitucionalização e autonomização (Augusto, 2008).

## **5) Impacto da internet**

Os movimentos de hoje utilizam as redes sociais para espalhar a (s) sua (s) palavra (s) e conseguem, desta forma, chegar a mais pessoas de uma forma mais rápida,

---

<sup>12</sup> Lê-se no jornal “Expresso” o discurso dos organizadores do movimento dos “indignados” em manifesto internacional: “Unidos em uma só voz, faremos saber aos políticos e às elites financeiras que eles servem, que agora somos nós, o povo, que decidirá o nosso futuro. Não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros que não nos representam” (notícia “Indignados: o protesto de hoje passo a passo” publicada a 15/10/2011).

exemplo disso são as 500 mil pessoas que saíram para as ruas em protesto no 12 de Março que foram convocadas por redes como o facebook, representando este o maior protesto desde o 1º de Maio de 1974. O aparecimento da ferramenta internet permitiu que se desse uma outra mudança face aos movimentos pós-25 de Abril, que é a abrangência dos movimentos, torna-se possível, num curto espaço de tempo, reunir num mesmo local um conjunto significativo de pessoas com interesses e objectivos comuns. Contudo, e como se verá, o papel dos media tradicionais continua a ter uma importância significativa no que toca a fazer chegar a mensagem à população (Simões *et al.*, 2011).

### **5.1) O potencial da internet enquanto potencial do actor social**

Ainda que se defenda, tal como Mendes e Seixas (2005), que Portugal, por influência da revolução de 25 de Abril de 74, tem vindo a assistir a movimentos de acções reivindicativas e de protesto no espaço público, marcados por um acentuado localismo, é certo que Portugal tem vindo a ser caracterizado pela fraca capacidade de mobilização dos portugueses, que terá por base uma fraca sociedade civil que apresenta baixos níveis de autonomia nos espaços da produção e da cidadania, contudo ela é “forte, autónoma e auto-regulada no espaço doméstico”, o que contribui para a existência de uma sociedade providência que colmata as lacunas de um não Estado-Providência, segundo Boaventura de Sousa Santos (citado por Mendes e Seixas, 2005). No mesmo sentido, Manuel Braga da Cruz (citado por Mendes e Seixas, 2005), refere que se deu uma explosão de participação política em Portugal entre 1974-76, contudo tal explosão traduziu-se numa “descompressão social e política” e não numa mudança de comportamentos e atitudes, tal facto é comprovado, uma vez que após se terem verificado alguns anos de grande movimentação social e política, Portugal regressou a baixos níveis de participação. Parece existir, entre os cientistas sociais consenso no que toca à baixa participação política, movimentação social, e à existência de uma vida associativa marcada por uma fraca adesão.

Uma das possíveis explicações apresentadas para esta anemia participativa tem na base a instauração do Estado-Providência, uma vez que, no caso português se tratou de uma decisão política, onde não houve a realização de um pacto social assente na negociação ou na luta por longos períodos de tempo e de longa maturação social e cultural, o que conduziu a uma aquisição de direitos sociais que não foram interiorizados pelos cidadãos, assim, estes ao não se sentirem parte integrante de tais

direitos, acabam por não lutar pelos mesmos, ou seja, o facto de Portugal não ter na sua base um forte Estado-Providência construído pelo e para o povo, acaba por levar a um fraco envolvimento dos cidadãos e, conseqüentemente, uma fraca sociedade civil (Santos, 1987).

A nível de associativismo, Portugal também tem vindo a ser caracterizado por um baixo índice de envolvimento, sendo o já referido 25 de Abril de 74 e a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) que permitiram fortalecer e fazer emergir o associativismo, contudo nos anos seguintes ele continua a cair e Portugal continua a não ter níveis de associativismo significativos quando comparado com o resto dos países da Europa, o que para diversos autores se prende com o facto de Portugal ter adquirido, tardiamente, o direito a uma livre associação (Morais e Sousa, 2012). Também a nível de associativismo se verifica um afastamento das organizações convencionais, como os sindicatos ou partidos políticos, sendo que os jovens procuram, fundamentalmente, organizações não partidárias para praticar a sua participação cívica (Augusto, 2008).

Sendo neste contexto onde se caracteriza Portugal pelo baixo associativismo e até mesmo por um baixo envolvimento dos cidadãos para fazer rolar a democracia que o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação, em particular a internet, constituem alvo de estudo, pois a sua utilização massiva é vista por diversos autores como uma forma de aumentar o associativismo e a participação em geral dos cidadãos. Assim à Internet e às redes sociais são atribuídas potencialidades no que concerne à “ (...) partilha de informação, à coordenação de acções e intervenções públicas e até a participação em processos de tomada de decisão” (Viegas *et al.*, 2010 citado por Morais e Sousa, 2012: 8). Interessa, neste sentido, perceber quais as reais potencialidades desta ferramenta, defendendo-se que o seu potencial democrático assenta no potencial democrático do actor social, constituindo a internet apenas uma ferramenta à disposição de agentes sociais que se podem valer dela para potenciar a sua acção.

Wilson Gomes (2005) realiza, de uma forma sintética, uma análise que recobre os principais argumentos defendidos por cépticos e optimistas no que diz respeito às capacidades da internet enquanto ferramenta que pode contribuir, ou não, para o potencial democrático da sociedade civil.

Se olharmos para as vantagens democráticas desta ferramenta, a internet pode, antes de mais, e como já foi referido, ultrapassar os constrangimentos de tempo e espaço para a participação política, permite o acesso a uma grande quantidade e “qualidade” de informação, é uma ferramenta que se usa de uma forma cómoda e confortável, o acesso

é facilitado, não possui filtros nem controles, é uma ferramenta interactiva e, em último lugar, “dá voz” às minorias ou aos grupos excluídos.

Por sua vez, se olharmos de forma crítica, a internet possui algumas limitações, a primeira prende-se em saber se a informação política é realmente qualificada, ou seja, até que ponto o cidadão selecciona informação credível, relevante e de confiança, existe uma quantidade absurda de informação na rede e apenas as elites possuem os aparelhos necessários para operar, contudo, as massas vêm-se confrontadas com informação que pode nunca vir a traduzir-se em conhecimento real. Em segundo lugar, destaca-se a desigualdade a nível de acesso, onde a desigual distribuição de competências técnicas, de recursos económicos e de habilidades educacionais levam a que a internet, ao invés de diminuir as desigualdades, contribua para o seu aumento, assim, as oportunidades de participação digital continuam fora do alcance de uma parte da população. Em terceiro, aponta-se para a inexistência de cultura política, o que leva a que, mesmo que exista informação relevante e de qualidade, o desinteresse por ela conduz a uma não utilização e conseqüente não participação. Em quarto, defende-se que os meios de comunicação tradicionais continuam a ser centrais no que toca a fazer chegar a informação aos cidadãos, contrariamente ao que se pensava, a internet não veio substituir os meios tradicionais, que continuam a controlar a esfera pública. Em quinto, o sistema político continua a ser fechado, os próprios partidos apenas se fazem valer da internet para se auto publicitarem, assim a internet acaba por ser controlada por eles, evitando a entrada do cidadão no sistema político. Em último lugar, questiona-se a liberdade e o controlo, a internet é vista como um meio que valoriza acima de tudo a liberdade de expressão, onde não há controlos nem interesses das elites que se sobrepõem aos das massas, contudo, a internet possui informação perigosa e antidemocrática, pois a liberdade funciona nos dois sentidos, o anonimato veio permitir que posições extremistas e contra a dignidade humana aparecessem na rede, no fundo interessa perceber onde começa e acaba a liberdade de quem usa a internet.

Tendo em conta estas duas visões, torna-se evidente que a internet possui vantagens e limitações, neste sentido, visões demasiado optimistas ou pessimistas negligenciam o real, é importante perceber que cabe ao actor social adquirir conhecimento para que possa participar a nível social, político e cultural, tal conhecimento tem que provir de informação relevante e não distorcida, em segundo lugar é necessário que seja atribuída a possibilidade de participar em debates públicos, é necessário que o cidadão possua meios e oportunidades de participar em instituições

democráticas ou grupos de pressão e em último lugar é necessário que possua um leque de habilitações comunicacionais para que possa fazer valer a sua vontade e os seus argumentos. Só tendo por base estes pressupostos é que a democracia pode servir os cidadãos e vice-versa (Gomes, 2005).

Portanto, o potencial da internet, assenta única e exclusivamente no potencial do agente, o que nos leva a concluir que em a internet é apenas um recurso tecnológico que, tal como um livro na biblioteca, pode ou não ter potencial para o actor social. Tal como é necessário saber ler e interpretar para que o livro sirva o actor, também a internet pressupõe todo um conjunto de condições.

### **Considerações Finais**

A estrutura organizacional dos modos de mobilização e contestação da sociedade portuguesa sofreu transformações que têm na base o aparecimento das novas tecnologias de informação e comunicação. O protesto “Geração à rasca”, fruto das redes sociais, tem vindo a ser caracterizado como uma das maiores manifestações dos últimos anos, o que gerou especulação em torno do potencial da internet, enquanto possível “remédio democrático”. Neste sentido, torna-se crucial perceber quais as principais mudanças que os movimentos sociais têm vindo a sofrer no contexto português desde o período de 1974-76, marcado por uma forte contestação social que tem na base o 25 de Abril de 74 que gerou consciencialização para a necessidade de mudança, até ao período actual, onde a internet trouxe consigo novas possibilidades.

Assim sendo, apontam-se cinco grandes mudanças, a primeira passa por uma necessidade colectiva de manter e exercer os direitos adquiridos com a revolução que colocou fim à ditadura, Portugal encontra-se num novo patamar democrático, onde se luta por um bom uso e proveito dos direitos sociais já existentes e adquiridos, no fundo contesta-se por um não retrocesso democrático. Em segundo lugar, deu-se uma mudança de contexto e consciência, os movimentos sociais actuais lutam contra problemas que ultrapassam as fronteiras nacionais e os seus actores possuem uma maior noção das potencialidades da democracia, fazendo-se valer dela enquanto ferramenta de contestação. Em terceiro, aponta-se para a valorização do indivíduo enquanto agente de mudança, ou seja, a história dos movimentos sociais actuais não é a história de quem os lidera, nem das grandes figuras, estando muito assente a ideia de que cada um, individualmente, pode fazer a diferença, tal ideia encontra-se bem presente no discurso

dos próprios organizadores dos movimentos, como o “Geração à Rasca”, onde os seus líderes distribuem protagonismo e responsabilidade com todos os participantes. Em quarto lugar, aponta-se para os processos de desinstitucionalização, que se traduz no progressivo afastamento dos modelos convencionais de participação, e individualização dos modos de acção política. Existe actualmente, um afastamento dos modelos de participação institucionalizados, das elites e das acções políticas levadas a cabo por elas, existindo em simultâneo uma valorização da experiência quotidiana, havendo uma privatização das lógicas e agendas de acção política, como explica Augusto (2008). Em último lugar, refere-se o impacto da internet, enquanto ferramenta que se adapta às necessidades dos movimentos sociais actuais, podendo potenciar a sua acção. Contudo, o seu potencial assenta no potencial do actor social, não podendo, desta forma realizar “promessas” nem “milagres”.

## **Bibliografia**

- ALONSO, Angela (2009). “As teorias dos movimentos sociais: um balanço de debate”. In: *Lua Nova*, nº76, pp. 49-86.
- AUGUSTO, Nuno Miguel (2008). “A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 81, pp. 155-177.
- BAÍÁ, João (2008). “Bairro da Relvinha (1974-1976): De Barracas a condições condignas”. In: *Actas dos ateliers do VI Congresso Português de Sociologia*, pp. 2-15.
- CASTELLS, Manuel (2007). *A Galáxia Internet: Reflexões sobre internet, negócios e sociedade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- DORES, António Pedro (2009). “Movimentos sociais existem?”. In: *Interface: a journal for and about social movements*, v.1, nº 1, pp. 125-146.
- ESTANQUE, Elísio (2008). “Sindicalismo e movimentos sociais: Ação colectiva e regulação social no contexto europeu e português”. In: *Revista Lutas Sociais*, nº 23, pp. 1-17.
- ESTANQUE, Elísio (2009). “Sociologia e engajamento em Portugal: reflexões a partir do trabalho e do sindicalismo”. In: *Caderno CRH*, v.22, nº 56, pp. 311-324.

- FARIA, Carlos Vieira (2009). *As cidades na cidade: movimentos sociais urbanos em Setúbal 1966-1995*. Lisboa: Esfera do Caos.
- FREIRE, André e BAUM, Michael A. (2001). “Partidos políticos, movimentos de cidadãos e referendos em Portugal: os casos do aborto e da regionalização”. In: *Análise Social*, vol. XXXVI, nº 158-159, pp. 9-41.
- GOHN, Maria da Glória (2011). “Movimentos sociais na contemporaneidade”. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.16, nº47, pp. 333-361.
- GOMES, Wilson (2005). “Internet e participação política em sociedades democráticas”. In: *Revista Famecos*, nº27, pp. 58-78.
- LERBACH, Brena Costa (2012). “Liderança e movimentos sociais: apontamentos sobre a importância do líder”. In: *Revista Simbiótica*, nº1, pp. 136-156.
- LIMA, Marinús Pires e NUNES, Cristina (2004). “Movimentos colectivos na era da globalização”. In: *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, pp. 61-67.
- LUSA (2011). “Indignados: o protesto de hoje passo a passo”. In: Expresso (publicado a 15/10/2011) [disponível em 02/01/2013] <URL: <http://expresso.sapo.pt/indignados-o-protesto-de-hoje-passo-a-passo-video-e-fotogaleria=f680564>>.
- MADEIRA, Paulo (2012). “Convocada manifestação anti-troika com passagem frente à representação do FMI”. In: Público (publicado a 27/08/2012) [disponível em 02/01/2013] <URL: <http://www.publico.pt/economia/noticia/convocada-manifestacao-antitroika-com-passagem-frente-a-representacao-do-fmi-1560602>>.
- MATEUS, Bruno; FARIA, Isabel; MARQUES, José e SILVA, Gonçalo (2011). “Rostos de uma geração à rasca”. In: Correio da manhã (publicado a 20/03/2011) [disponível em 17/09/2012] <URL: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo-cm/rostos-de-uma-geracao-a-rasca>>.
- MENDES, José Manuel de Oliveira e SEIXAS, Ana Maria (2005). “Acção colectiva e protesto em Portugal: Os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002)”. In: *Revista Critica de Ciências Sociais*, nº 72, pp. 99-127.
- MONTEIRO, Tânia (2011). “Paula Gil: vale sempre a pena lutar”. In: *JornalismoPortoNet – JPN* (publicado a 04/05/2011) [disponível em 14/12/2012] <URL:[http://jpn.c2com.up.pt/2011/05/04/paula\\_gil\\_vale\\_sempre\\_a\\_pena\\_lutar.html](http://jpn.c2com.up.pt/2011/05/04/paula_gil_vale_sempre_a_pena_lutar.html)>.

- MORAIS, Ricardo e SOUSA, João Carlos (2012). “Do envolvimento associativo à mobilização cívica: o potencial das redes sociais”. In: *Actas dos ateliers do VII Congresso Português de Sociologia*, pp. 1-15.
- NUNES, Neila Ferraz Moreira (2002). “Gestão democrática e partidos de massa: utopia ou realidade?”. In: *Revista vértices*, nº1, pp. 32-36.
- PINTO, Paula (2011). “As caras por trás do “Protesto da Geração à Rasca””. In: *Expresso* (publicado a 23/02/2011) [disponível em 03/01/2013] <URL: <http://expresso.sapo.pt/as-caras-por-tras-do-protesto-da-geracao-a-rasca=f633712>>.
- ROSENDO, Manuel (2012). “Entrevista a Alexandre Carvalho e Paula Gil”. In: RTP – Antena 1 (publicado a 12/03/2012) [disponível em 05/01/2013] <URL: <http://www.rtp.pt/antena1/index.php?t=Entrevista-a-Alexandre-Carvalho-e-Paula-Gil.rtp&article=4813&visual=11&tm=16&headline=13>>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1984). “A crise e a reconfiguração do estado em Portugal (1974-1984)”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 14, pp. 7-29.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1987). “O Estado, a sociedade e as políticas sociais: o caso das políticas de saúde”. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, pp. 13-74.
- SANTOS, Romana Borja (2011). “‘Geração à Rasca’ volta às ruas no dia 15 de Outubro”. In: *Público* (publicado a 22/08/2011) [disponível em 05/01/2013] <URL: <http://www.publico.pt/sociedade/noticia/geracao-a-rasca-volta-as-ruas-no-dia-15-de-outubro-1508660>>.
- SILVA, Célia Maria Taborda (2009). “A comunicação como estratégia política da Ditadura e da Democracia”. In: *Anexos dos Congressos do 6º SOPCOM/8º LUSOCOM*, pp. 420-431.
- SILVA, Célia Maria Taborda (2012). “Dos “Antigos” aos “Novos” movimentos sociais”. In: *Actas dos ateliers do VII Congresso Português de Sociologia*, pp. 1-9.
- SIMÕES, Maria João; BARRIGA, Antónia do Carmo e JERÓNIMO, Nuno Amaral (2011). “Brave New World? Political participation and new media”. In: *SOTICS, International Conference on Social Eco-Informatics*, pp. 55-60.